



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70610-200
 Telefone: (61) 3214-0200 e Fax: (61) 3214-0272 - www.defesa.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2022

MODELO DE EDITAL
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação

(Processo Administrativo n.º 60092.000237/2021-73)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, por meio da Coordenação de Licitações e Contratos, sediada no SPO Área 5, Quadra 3 Bloco K - CENSIPAM, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **Menor Preço Global por item**, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por *preço global*, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de abril de 2019, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 11/08/2022

Horário: 10h

Pregoeiro: Izabel Cristina Veiga Coutinho

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço global por item

Regime de Execução: Empreitada por Preço Global

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de **link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps** simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o **Centro Regional do Censipam em Belém/PA** e para **Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, conforme Despacho nº 807/COFIN CENSIPAM/CGAFI/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD (5155592) na classificação abaixo:

- a. Programa **6011** – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;
- b. Ação Orçamentária: **20X4** – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia;
- c. Fonte: **100**;
- d. Plano Orçamentário (PO): **0004** – Telecomunicação Críticas, Tecnologia da Informação e Sensores;
- e. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): **168629**;
- f. Natureza da Despesa:

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA, pelo período de 12 meses.	33.90.40.13 Comunicação de Dados e Redes em Geral
2	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO, pelo período de 12 meses.	33.90.40.13 Comunicação de Dados e Redes em Geral

g. Código do Sistema PTA/2022:

- 123/22 – Link de Internet do CR-BE (Nova Contratação); e
- 253/22 – Link de Internet do CR PV (Nova Contratação).

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, bem como para bens e serviços produzidos no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

4.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

4.4. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.4.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.5. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3. que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.6.6. que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.6.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8. que a solução é fornecida por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6.9. que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

4.6.9.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto no Decreto nº 7.174, de 2010.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor mensal e anual do item.

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento da solução, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento do quanto demandado e executado, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer a solução nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo **valor global por item**.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 10,00 (dez) Reais**.

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1. Não havendo, pelo menos, três ofertas nas condições definidas neste item poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1. Não havendo lance final fechado e classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até no máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observando-se, após, o item anterior.

7.13. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender as exigências de habilitação.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O critério de julgamento adotado será o menor preço global por item, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Será assegurado o direito de preferência previsto no artigo 3º da Lei nº 8.248, de 1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010, nos seguintes termos:

7.25.1. Após a aplicação das regras de preferência para microempresas e empresas de pequeno porte, caberá a aplicação das regras de preferência, sucessivamente, para:

7.25.1.1. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

7.25.1.2. bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

7.25.1.3. bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal, nos termos do art. 5º e 8º do Decreto 7.174, de 2010 e art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991.

7.25.2. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 7.25.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

7.25.3. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 7.25.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 7.25.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 7.25.1.3 caso esse direito não seja exercido.

7.25.4. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174, de 2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

7.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, ao objeto executado:

7.27.1.1. prestados por empresas brasileiras;

7.27.1.2. prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.27.1.3. prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.28. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatadas.

7.29. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29.3. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.30. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de 2 (duas), contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecuibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, deverão apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de até 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

8.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta;

8.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante da solução ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União(www.portaltransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Coordenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.8. Habilitação jurídica:

9.8.1. no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.8.7. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

9.8.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas:

9.11.1.1.1. A Empresa a ser Contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômico-financeira, e ainda comprovar Qualificação Técnica-Operacional, mediante apresentação de atestados de que detêm experiência prévia e capacidade na execução de serviço similar ao objeto pretendido em no mínimo 50% da velocidade prevista (400 Mbps) para os itens do objeto pretendido.

9.11.1.1.2. Tendo em vista que o objeto a ser contratado é de característica indissociável, não será aceito a soma de atestados para fins de comprovação técnica. Portanto, deverão ser apresentado(s) atestados(s) de prestação de serviços de no mínimo 50% (200 Mbps) da velocidade a ser contratada (400 Mbps).

9.11.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.3. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

9.11.4. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.12. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

9.12.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

9.12.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.12.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários ao fornecimento da solução;

9.12.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

9.12.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.12.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.12.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcios, serão observadas as seguintes exigências:

9.13.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresa que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes representar os consorciados no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.13.2. apresentação de documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.13.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.13.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório de valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de até 30%, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

- 9.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequena empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
- 9.13.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;
- 9.13.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;
- 9.13.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato;
- 9.13.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.
- 9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.
- 9.21.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.
- 9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
- 10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 10.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 10.3. Os preços deverão ser expresso em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).
- 10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.
- 10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

- 11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
- 11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
- 11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
- 11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 12.1 A Sessão pública poderá ser reaberta:
- 12.1.1. Na hipótese de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocado para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, pelo critério de **menor preço global por item**, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizado a contratação será firmado Termo de Contrato.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso a sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

15.2.2. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4. O prazo de vigência das contratações é o previsto no instrumento contratual.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

17.1. O modelo de gestão do contrato, contemplando os critérios de recebimento e aceitação do objeto, os procedimentos de testes e inspeção e os critérios de fiscalização, com base nos níveis mínimos de serviço/níveis de qualidade definidos, estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações (deveres e responsabilidades) da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19.1.1. É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. Não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.1.2. Apresentar documentação falsa;

20.1.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.1.4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 20.1.5. Não manter a proposta;
- 20.1.6. Cometer fraude fiscal;
- 20.1.7. Comportar-se de modo inidôneo;

20.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

20.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e quando não houver disposição específica no Termo de Referência, às seguintes sanções:

- 20.4.1. **Advertência** Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- 20.4.2. **Multa de 2%** (dois por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 20.4.3. **Suspensão** temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e por todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), por até 2 (dois) anos.
- 20.4.4. **Impedimento** de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
 - 20.4.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa deste Edital.
- 20.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

20.6. Se durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

20.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.8. O processo do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

20.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@sipam.gov.br, ou dirigida por petição dirigida ou protocolada no endereço: **Setor Policial Sul - Área 5 - Quadra 3 - Bloco K - Brasília - CEP: 70610-200 - Coordenação de Licitações e Contratos - COLIC.**

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimento referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. As regras acerca dos critérios e práticas de sustentabilidade são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

23.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

23.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.9. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.gov.br/compras e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço **Setor Policial, Área 5, Quadra 3, Bloco "K", Brasília - DF, CEP 70610-200**, nos dias úteis, no horário das 09:00 horas às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.10. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

23.10.1. ANEXO I – Termo de Referência;

- APÊNDICE I - Especificações Técnicas;
- APÊNDICE II - Modelo Apresentação Preposto;
- APÊNDICE III - Formulário de Cadastro de Usuário Externo;
- APÊNDICE IV - Modelo do Termo de Compromisso de Manutenção do Sigilo e do Termo de Ciência;
- APÊNDICE V - Modelo do Termo de Vistoria Técnica e Declaração de Dispensa de Vistoria;
- APÊNDICE VI - Modelo Termo Encerramento Contratual.

23.10.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato(ID. 5178430);

ELABORADO POR:

(assinado eletronicamente)

JOSÉ GOMES DA SILVA
Assistente Técnico

APROVO o Instrumento convocatório do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 02/2022**, com fulcro no § 1º do art. 50 da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões a presente decisão, inclusive como sua motivação, bem como o § 1º, art. 40, da Lei nº 8.666/93.

(assinado eletronicamente)

SERGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União
Edital modelo para Pregão Eletrônico: **Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação**
Atualização: **Fevereiro/2022**



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM
DIRETORIA TÉCNICA

TERMO DE REFERÊNCIA

Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019

Foram observados os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP (art. 8º, §2, da IN SGD/ME nº 1/2019º) com eventuais acréscimos sem a perda do seu conteúdo original.

Foi seguido o modelo de Termo de Referência ou Projeto Básico do dia 01/06/2021, disponibilizado no endereço eletrônico <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/templates-e-listas-de-verificacao>

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 13)

1.1. Contratação de link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA e para Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO, pelo período de 12 meses.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 14)

2.1. A solução consiste em link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA e para Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO, pelo período de 12 meses.

2.2. Os bens e serviços a serem contratados seguem relacionados abaixo:

Tabela 1 - Bens e serviços que compõem a solução a ser contratada.

ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE DE FORNECIMENTO	QTD
1	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA, pelo período de 12 meses.	26484 - ACESSO A INTERNET VIA CABO	Mbps	400

2	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO, pelo período de 12 meses.	26484 - ACESSO A INTERNET VIA CABO	Mbps	400
---	--	------------------------------------	------	-----

2.2.1. O código CATSER 26484 - "ACESSO A INTERNET VIA CABO", se encontra cadastrado e ativo no CATSER-TI - Estrutura do Catálogo de Serviços de TIC. Além disto, consta no portal de Paineis de Preços no seguinte link: <https://www.gov.br/compras/pt-br/images/contendo/ArquivosCGSIASG/Detalhamento-dos-Servicos-do-CATSER-TIC.xlsx>.

2.3. Especificações Técnicas

As especificações encontram-se no APÊNDICE I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

2.4. Classificação dos Serviços

2.4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

2.4.2. A eventual interrupção do serviço poderá comprometer a continuidade das atividades do CENSIPAM, motivo pelo qual a pretendida contratação poderá estender-se por mais de um exercício financeiro. Desse modo o contrato terá duração de 12 meses, podendo ser prorrogado por até 60 meses.

2.4.3. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de **bens/serviços comuns**, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e preferencialmente na forma eletrônica de acordo com o Decreto nº 10.024/2019, tendo suas características objetivamente definidas por padrões de desempenho e qualidade usuais praticadas no mercado.

2.4.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no Art. 3 do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

2.4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.5. Os links devem ser instalados nas seguintes localidades:

- **Item 1 - Centro Regional do Censipam em Belém/PA:**

Avenida Júlio César, 7060, Val de Cans. Belém - PA, CEP: 66617-420.

- **Item 2 - Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO:**

Avenida Lauro Sodré, 6500, Aeroporto. Porto Velho - RO, CEP: 76803-260.

2.5.1. Não será admitida a cobrança de taxa de instalação, devendo o fornecedor arcar com todos os custos relativos à instalação em cada um dos itens acima.

2.5.2. A contratada deverá observar todas os requisitos definidos neste Estudo Técnico Preliminar da Contratação.

2.5.3. As especificações técnicas mais detalhadas constam no Anexo I - Especificações Técnicas.

2.6. Tendo em vista que não se vislumbra riscos na aquisição parcelada dos serviços que compõem a solução e visando garantir a competitividade no mercado, obtendo assim a proposta mais vantajosa para a Administração, a pretendida aquisição foi separada em itens referentes a cada localidade, em acordo com o disposto no Art. 12, §2º, inciso I da IN SGD/ME 01/2019.

2.6.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Tabela 1 acima, alocados para aquisição na modalidade menor preço por item, estabelecidos de acordo com as especificações técnicas dos itens, detalhadas no Anexo I - Especificações Técnicas.

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO – (IN. 01/2019, ART. 15)

3.1. Contextualização e Justificativa da Contratação - (IN. 01/2019, Art. 15)

3.1.1. Os Centros Regionais de Belém/PA e Porto Velho/RO do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, órgão vinculado ao Ministério da Defesa, estão localizados estrategicamente na Amazônia Legal.

3.1.2. O Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM é uma organização sistêmica de produção e veiculação de informações técnicas e composto por uma complexa base tecnológica e uma rede institucional, encarregado de integrar e gerar informações atualizadas para articulação, planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal, visando a proteção, a inclusão e o desenvolvimento sustentável da região.

3.1.3. O CENSIPAM possui Centros Regionais (CRs) localizados estrategicamente em Manaus/AM (CR-MN), Belém/PA (CR-BE) e Porto Velho/RO (CR-PV) e o Centro de Coordenação-Geral (CCG), em Brasília/DF. As atividades desenvolvidas pelas unidades do CENSIPAM estão fortemente amparadas pelo uso de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações – TIC, vitais para o bom funcionamento e melhoria da capacidade operacional deste Centro Gestor.

3.1.4. O acesso à Internet é um serviço essencial de natureza continuada para comunicação com parceiros e as demais unidades do CENSIPAM. Por meio do link de internet os CRs e o CCG promovem acessibilidade, interconectividade e operacionalização das atividades deste CENSIPAM.

3.1.5. Além disso, o acesso à Internet possibilita às áreas operacionais e de inteligência do CENSIPAM obterem os dados necessários para realizar as suas atividades, como coletar dados de sensores (Radar Meteorológico, Estações Meteorológicas de Superfície, Imagens de Satélite óticas e de radar, etc.), tanto próprios quanto aqueles disponibilizados por instituições parceiras através da Internet, bem como a aquisição dos dados a serem disponibilizados pelas antenas SAR de Formosa/GO e Manaus/AM, que demanda um link de internet com largura de banda adequada a fim de viabilizar, de forma satisfatória, o tráfego desses dados sem prejudicar as atividades que já dependem deste serviço.

3.1.6. Este serviço de acesso à Internet também garante o pleno funcionamento dos sistemas corporativos do CENSIPAM, tais como o Sistemas Eletrônico de Informações (SEI), correio eletrônico, telefonia, videoconferência, Intranet, etc.

3.1.7. Desse modo, a presente demanda é essencial para a consecução das atividades desenvolvidas por este Centro Gestor.

3.2. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais – (IN. 01/2019, Art. 15, INCISO I)

3.2.1. Os levantamentos realizados neste Estudo Técnico Preliminar (ETP) estão alinhados com os requisitos tecnológicos atualmente utilizados no CENSIPAM, estabelecendo uma relação de paridade com as necessidades/demandas.

3.2.2. As necessidades de negócio descritas nas Tabelas a seguir nortearão os requisitos tecnológicos, modelo de execução e de gestão da contratação.

Tabela 2 - Alinhamento aos Planos Estratégicos da ÁREA (IN 01/2019 Art. 10, Inciso I)

Objetivo Estratégico	OE 01 - Fortalecer a percepção de valor do CENSIPAM pela sociedade.
Projeto Estratégico	1PE3 - Promover a conectividade na região amazônica e demais áreas de interesse do CENSIPAM.
Ação Estratégica	A2 - Promover a conectividade na região amazônica e demais áreas de interesse do CENSIPAM.

3.2.3. O Plano Estratégico do Censipam pode ser encontrado no link <http://intranet.sipam.gov.br/planejamento/planejamento-estrategico>.

3.2.4. O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do Censipam pode se encontrado no link <http://intranet.sipam.gov.br/planejamento/plano-estrategico-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacoes-2013-2023>.

Tabela 3 - Alinhamento ao PDTIC Vigente (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)

ID	Ação do PDTIC	Meta do PDTIC Associada
3	Conectividade nas localidades de interesse do Censipam: Conexão para transferência e coleta de dados da Internet, de satélite, de sensores e radares meteorológicos.	1.1. Disponibilidade dos serviços Internet
4	Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI: Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, backup, cabeamento e ativos de Rede, contratação de serviços técnicos especializado	2.2. Índice de satisfação dos usuários com a infraestrutura de TIC física 10.2. Índice de disponibilidade dos serviços de infraestrutura interna

Tabela 4 - Alinhamento ao PAC 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)

Item	Descrição
12/22	Link de Internet do CR-BE (Nova Contratação)
207/22	Link de Internet do CR-PV (Nova Contratação)

Tabela 5 - Alinhamento ao PTA 2022 (IN01/2019 Art. 10, Inciso I)

Item	Descrição
123/22	Link de Internet do CR-BE (Nova Contratação)
253/222	Link de Internet do CR-PV (Nova Contratação)

3.3. Estimativa da Demanda

3.3.1. O acesso à Internet é um serviço essencial de natureza continuada para consecução das atividades deste CENSIPAM, tendo em vista a sua essencialidade para manter o funcionamento das atividades deste Centro Gestor.

3.3.2. Uma vez que o CENSIPAM investiu na aquisição de antenas SAR, instaladas em Formosa-GO e Manaus-AM, que proverão imagens de alta resolução para o desenvolvimento de novos produtos e disponibilização aos Centros Regionais do CENSIPAM e demais órgãos parceiros, é requerida a conectividade via internet com largura de banda adequada, para atender a presente demanda.

3.3.3. Ressalta-se que o imageamento com tecnologia SAR (*Synthetic Aperture Radar*) tem a propriedade de possibilitar a observação da Terra mesmo com ampla cobertura de nuvens. Os satélites realizam o imageamento radar e geram as informações da superfície terrestre independente da ocorrência de nuvens ou incidência da luz solar, isto é, transpassam as nuvens e recuperam as informações inclusive no período da noite. Este é o grande diferencial entre a tecnologia radar (SAR) e o ótico.

3.3.4. Com a operação das antenas SAR de Manaus/AM e Formosa/GO, estima-se um incremento considerável da quantidade de dados gerados nas respectivas antenas que serão inicialmente armazenados localmente e posteriormente enviados para processamento, tanto ao CR-MN quanto ao CCG. Após processados, os produtos gerados serão disponibilizados pela Internet por meio do GeoPortal Institucional do CENSIPAM, cabendo aos demais centros regionais (CR-BE e CR-PV) fazer o download não apenas dos novos produtos gerados, como também dos dados brutos coletados por estas antenas, de acordo com a necessidade das áreas finalísticas.

3.3.5. Para definição do quantitativo da largura de banda adequada da pretendida contratação, levou-se em conta a geometria envolvida para os satélites de órbita baixa em que o tempo estimado para uma passagem é de até 20 (vinte) minutos, já considerando o tempo necessário para posicionamento e retorno da antena para a posição de descanso, bem como os tamanhos dos arquivos gerados pelas antenas, os quais dependem das cenas a serem adquiridas. Para a constelação ICEYE, por exemplo, o volume máximo para um arquivo em uma passagem é de cerca de 40000 MB (documento SEI 2092461). Por este motivo, o quantitativo mínimo de 400 Mbps foi obtido, observando o volume máximo de um arquivo a ser recebido pelas antenas SAR de uma cena da constelação ICEYE enviadas para quaisquer um dos centros de processamento (CR-MN ou CCG), e, posteriormente, aos Centros Regionais de Belém/PA e Porto Velho/RO, além do tráfego da rede administrativa e serviços do GeoPortal Institucional do CENSIPAM e do sistema de monitoramento eletrônico dos sítios das antenas.

3.3.6. Fórmula de cálculo da largura de banda necessária para transferência de arquivos: $BW = S/T$, onde:

BW = Largura de banda teórica do link (medida em bits por segundo).

T = Tempo de realização da transferência do arquivo (medido em segundos).

S = Tamanho do arquivo em bits.

3.3.7. Considerando o arquivo máximo de 40000 MB ($S = 335544320000$ bits) e o tempo de 20 minutos ($T = 1200$ segundos), a largura de banda requerida só para transmissão do arquivo é de $BW = 335544320000/1200$. O resultado deste cálculo é aproximadamente 280 Mbps. Adicionalmente, foi considerado 120 Mbps de consumo de banda estimado para utilização do sistema de monitoramento do sítio da antena e demais demandas cotidianas dos centros regionais e demais conexões com outros órgãos e unidades do CENSIPAM.

3.3.8. Desse modo, foi definida a velocidade mínima de 400 Mbps para atender à demanda de tráfego estimada para disponibilização dos produtos gerados pelo projeto Amazônia-SAR sem comprometer a qualidade no serviço das demandas cotidianas do CR-BE e CR-PV (acesso a e-mail, Sistema de Protocolo Eletrônico, videoconferências, comunicação com outros órgãos da Administração Pública Federal, comunicação com o público em geral e com órgãos parceiros e conexão com as demais unidades do CENSIPAM).

3.3.9. Consoante pode-se verificar no processo nº 60091.000098/2020-15 que o Centro Regional de Manaus já dispõe da conectividade à Internet de 400 Mbps para atender a demanda de interconectividade e operacionalização das atividades do CENSIPAM, bem como a transmissão (upload) dos dados captados pela antena de recepção de múltiplos satélites do projeto Amazônia-SAR ao CCG. O processo nº 60090.000290/2021-94 dispõe as informações de contratação de link de internet de 400 Mbps para o CCG. Da mesma forma, esta é a velocidade estabelecida também para o CR-BE e CR-PV.

3.3.10. Este link será utilizado para prover toda a comunicação do CR-BE e CR-PV, tais como: prover o acesso à Internet, prover uma comunicação segura (VPN) com as demais unidades deste Centro Gestor através da Internet, prover meio para obter os dados necessários à execução das atividades destes CRs, prover acesso remoto seguro (VPN) aos servidores, militares e demais colaboradores através da Internet, disponibilizar produtos e serviços às demais unidades do CENSIPAM e aos órgãos parceiros, dentre outras necessidades. Para isso faz-se necessário uma quantidade de no mínimo 6 endereços IP versão 4 públicos e fixos, que serão utilizados para prover esses canais de comunicação seguros (VPN) pela Internet, em quantidade suficiente, sem a necessidade de contratar links dedicados exclusivos para essas finalidades, o que provocaria custos adicionais para atender cada demanda.

3.3.11. Tendo em vista o exposto, é requerida a contratação de link de Internet simétrica e dedicada para atender o CR-BE e o CR-PV, na velocidade mínima de 400 Mbps, conforme especificações constantes no Anexo I - Especificações Técnicas.

3.3.12. Por se tratar de serviço continuado, a pretendida contratação se dará por um período de 12 meses, com aferição de resultados e pagamentos de periodicidade mensal, podendo o contrato ser prorrogado por até 60 meses, e aplicando-se os devidos índices de correção monetária quando couber.

Tabela 6 - Quantidades Estimadas

Item	Descrição
1	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA pelo período de 12 meses.
2	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO pelo período de 12 meses.

3.4. Parcelamento da Solução de TIC (IN.01/2019, Art. 12, §2º, INCISO I)

3.4.1. Orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

“9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Lei 8.666/1993;

(...)

9.3.4. a pesquisa de mercado, prevista no art. 7º, do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013, deverá se conformar às características do objeto a ser licitado, possíveis de impactar no preço pesquisado, a exemplo das quantidades a serem adquiridas, do agrupamento de produtos e do critério de regionalização dos lotes, definidos no Pregão SRP 96/2012;”(grifou-se)

(...)

“29. A jurisprudência desta Casa, consubstanciada na Súmula TCU 247, é pacífica no sentido de determinar a órgãos e entidades a adjudicação por itens específicos e não por lotes, compostos de diversos produtos ou serviços a serem adjudicados a um único fornecedor:

(...)”

3.5. No presente objeto, não se vislumbra riscos na aquisição parcelada dos serviços que compõem a solução e visando garantir a competitividade no mercado, obtendo assim a proposta mais vantajosa para a Administração, a pretendida aquisição foi separada em itens referentes a cada localidade, em acordo com o disposto no Art. 12, §2º, inciso I da IN SGD/ME 01/2019.

3.5.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Tabela 1, alocados para aquisição na modalidade menor preço por item, estabelecidos de acordo com as especificações técnicas dos itens, detalhadas no Anexo I - Especificações Técnicas.

3.5.2. Destaca-se que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório a este Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia.

3.6. Permissão de Consórcio ou Subcontratação (IN SGD/ME 01/2019, art. 12, §2º, inciso II)

3.6.1. Visando garantir maior competitividade, conforme previsão do art. 12 §2º, II da IN SGD/ME nº 1/2019, será permitida a participação de consórcio, nos termos do Art. 33 da Lei 8.666/1993 e do Art. 42 do Decreto nº 10.024/2019, e também a subcontratação, nos termos do Art. 72 da Lei 8.666/1993.

3.7. Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.7.1. Garantir os meios de comunicação de dados necessários ao funcionamento dos serviços;

3.7.2. Disponibilizar infraestrutura e serviços de TIC que permitam a divulgação dos conhecimentos gerados no SIPAM;

3.7.3. Prover conectividade à Internet ao Centro Regional de Belém/PA e ao Centro Regional de Porto Velho/RO; e

3.7.4. Melhoria no nível de satisfação dos usuários de TIC.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 16)**4.1. Requisitos de Negócio - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “a”)**

4.1.1. Assegurar a conectividade aos Centros Regionais do CENSIPAM, propiciando o desenvolvimento de suas atividades institucionais e suportar a demanda de dados (link) que se fará necessária com a instalação das antenas de recepção de múltiplos satélites do projeto Amazônia-SAR, em Formosa-GO e Manaus-AM. Tal demanda aumentará significativamente o tráfego de dados devido ao download de novos produtos;

4.1.2. Manter o parque tecnológico em nível adequado de recursos.

4.1.3. Potencializar a aplicação das políticas públicas elaboradas para a região amazônica.

4.1.4. Manter a conectividade das áreas administrativas e operacionais do CR-BE e CR-PV com a Internet e as demais unidades do CENSIPAM.

4.2. Requisitos de Capacitação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “b”)

4.2.1. Não haverá capacitação.

4.3. Requisitos Legais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “c”)

4.3.1. Lei no 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

4.3.2. Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 - regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

4.3.3. Decreto no 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União.

4.3.4. Instrução Normativa SGD/SEDGGD/ME no 1, de 4 de abril de 2019 - dispõe sobre o processo de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISIP do Poder Executivo Federal.

4.3.5. Instrução Normativa no 40, de 22 de maio de 2020 - dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

4.3.6. Plano Estratégico Institucional do CENSIPAM (PEI CENSIPAM 2022-2024)

4.3.7. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação – PDTIC-2020-2023 - CENSIPAM (Versão 2020.4).

4.3.8. Plano de Trabalho Anual do CENSIPAM 2022.

4.3.9. Plano Anual de Contratações do CENSIPAM 2022.

4.4. Requisitos de Manutenção - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “d”)

4.4.1. A CONTRATADA deverá realizar as manutenções corretivas necessárias para garantir a continuidade de fornecimento da solução em caso de falhas, conforme acordo de nível de serviços estabelecido no Termo de Referência.

4.5. Requisitos Temporais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “e”)

4.5.1. As soluções e todos os seus elementos deverão ser instalados, configurados e funcionais no prazo estimado de 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato.

4.6. Requisitos de Segurança e Privacidade - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “f”)

4.6.1. A CONTRATADA deverá assinar Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

4.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais - (IN. 01/2019, art. 16, inciso I, alínea “g”)

4.7.1. No caso de eventual fornecimento de equipamentos para a prestação do serviço:

- Os equipamentos devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- Emitir autodeclaração de que os equipamentos utilizados não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

- Na parte externa da embalagem de equipamentos fornecidos deverá haver a indicação de que o material utilizado na sua composição é reciclável.

4.8. **Requisitos de Arquitetura Tecnológica - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “a”)**

4.8.1. A solução deverá consistir de link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para os Centros Regionais do CENSIPAM em Belém/PA e Porto Velho/RO, conforme especificações constantes no Anexo I - Especificações Técnicas.

4.8.2. Deverá ser oferecida na ocasião da ativação do Serviço de Acesso a Internet, uma sub-rede com a quantidade mínima de 06 (seis) endereços IP (Internet Protocol), versão 4 (IPv4), válidos (públicos) e contínuos, conforme a RFC 1466, associados à mesma classe de endereçamento (Classe C) e de uso exclusivo.

4.8.3. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custos adicionais, toda a infraestrutura (cabos óticos, posteamento — se necessário, etc.) e equipamentos necessários, devidamente instalados, ao perfeito funcionamento da solução.

4.8.3.1. Todos os equipamentos devem ser fornecidos em regime de comodato.

4.8.3.2. Ressalta-se que é padrão de mercado o fornecimento de toda a infraestrutura necessária para a implantação e operação do serviço de link de Internet, sem custos adicionais ao Contratante.

4.8.4. O acesso deverá ser provido em regime integral (24x7) com a velocidade e a taxa de disponibilidade contratadas, sem interrupção da comunicação ou redução de velocidades por qualquer motivo.

4.8.5. A solução deverá ter 100% de garantia de banda na velocidade contratada. Este percentual refere-se à capacidade de tráfego com a Internet, incluindo a infraestrutura própria e o(s) backbone(s) que a CONTRATADA subcontrate de outras empresas.

4.9. **Requisitos de Projeto e de Implementação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “b”)**

4.9.1. Não há novos processos que envolvam desenvolvimento de *softwares*, de técnicas ou de gestão específicos ao seu funcionamento.

4.10. **Requisitos de Implantação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “c”)**

4.10.1. O CENSIPAM dispõe de sala técnica adequada, com racks padronizados de 19 polegadas, climatização, pisos elevados para passagem de cabos e fornecimento de energia adequados para equipamentos de informática e ativos de rede; esses recursos deverão ser utilizados pela CONTRATADA para a instalação de equipamentos necessários para o provimento do serviço de link de Internet, tais como switches e conversores.

4.10.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar um plano de execução que contemple o fornecimento, instalação e configuração dos bens e serviços necessários a solução a ser adquirida, para aprovação prévia pelo CENSIPAM.

4.11. **Requisitos de Garantia e Manutenção - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “d”)**

4.11.0.1. Durante o período de vigência do contrato, as atualizações de hardware e software que compõem as soluções, contemplando correções ou melhorias deverão ser disponibilizadas ao CENSIPAM para que sejam providenciados os procedimentos necessários à sua homologação.

4.11.0.2. Todos os serviços de manutenção são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e devem ser efetuados desde o início até o final do contrato, bem como a forma de comunicação entre as partes, conforme especificações constantes no Anexo I - Especificações Técnicas.

4.11.0.3. Em se tratando de manutenção programada, esta deve ser previamente comunicada e autorizada pelo CENSIPAM - pelo(a) Integrante ou Fiscal Técnico ou a qualquer outra pessoa deste setor.

4.11.0.4. A garantia deverá seguir os padrões definidos no Termo de Referência.

4.12. **Requisitos de Capacitação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “e”)**

4.12.1. Não se aplica, por não haver necessidade de treinamentos ou capacitações.

4.13. **Requisitos de Experiência Profissional - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “f”)**

4.13.1. Não se aplica.

4.14. **Requisitos de Formação da Equipe - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “g”)**

4.14.1. A CONTRATADA deverá utilizar empregados habilitados e com conhecimento técnico dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

4.15. **Requisitos de Metodologia de Trabalho - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “h”)**

4.15.1. A metodologia a ser executada durante a contratação e execução do objeto pretendido está definida no item "6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO" deste Termo de Referência.

4.16. **Requisitos de Segurança da Informação - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “i”)**

4.16.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do CENSIPAM.

4.16.1.1. Para tanto, quando da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá firmar Termo de Ciência e Compromisso.

4.17. **Outros Requisitos Aplicáveis - (IN. 01/2019, art. 16, inciso II, alínea “j”)**

4.17.1. Não há outros requisitos aplicáveis a esta contratação.

5. **RESPONSABILIDADES (IN SGD/ME 01/2019, ART. 17)**

5.1. **Deveres e Responsabilidades da Contratante (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO I)**

5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da CONTRATADA, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração;

5.1.9. Verificar, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e, posterior, recebimento definitivo;

5.2. **Deveres e Responsabilidades da Contratada (IN SGD/ME 01/2019, Art. 17, INCISO II)**

5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato; e
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 5.2.10. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;
- 5.2.11. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (IN SGD/ME 01/2019, ART. 18)**

6.1. O Modelo de Execução do Contrato deverá contemplar as condições necessárias ao fornecimento da solução de TIC, observando os itens a seguir.

6.1.1. **Rotinas de Execução - (IN. 01/2019, art. 18, inciso I)**

6.1.2. **Realização da Reunião Inicial - (IN. 01/2019, art. 31, inciso I - III)**

6.1.2.1. Em até 10 dias úteis da assinatura do contrato deverá se dar a realização de reunião inicial, a ser registrada em ata, convocada pelo Gestor do Contrato com a participação dos Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo do Contrato, da CONTRATADA e dos demais interessados por ele identificados, cuja pauta observará, pelo menos:

- apresentação, em duas vias, da cópia do contrato assinada;
- apresentação, em duas vias, do plano de entrega dos equipamentos, locais de instalação e necessidades específicas de armazenamento, no que couber;
- apresentação, em duas vias, do documento de apresentação do preposto da mesma;
- entrega, em duas vias, por parte da CONTRATADA, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, conforme Art. 18, inciso V d IN 01/2019-SGD/ME;
- esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- entrega, em duas vias, de declaração de oferta de bens de informática e/ou automação que atendem ao exposto no item 4.7.1;
- a disponibilização de infraestrutura à CONTRATADA, no que couber; e
- a disponibilização de cópia da POSIC do MD à CONTRATADA.

6.1.2.2. O modelo de apresentação do preposto se encontra no *APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO*

6.1.2.3. O modelo de solicitação de cadastro do preposto no Sistema Eletrônico de Informações - SEI se encontra no *APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SEI*.

6.1.2.4. O modelo dos termos de ciência e de compromisso se encontram no *APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA*.

6.1.3. **Forma de execução e acompanhamento dos serviços**

6.1.3.1. A execução do Contrato, nos termos do § 1º do art. 67 e art. 73, ambos da Lei nº 8.666/93, será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pelo Órgão mediante Portaria, anotando, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e atestará a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) apresentadas para fins de pagamento.

6.1.3.2. Para o acompanhamento e fiscalização do Contrato serão utilizadas as disposições contidas na IN. SGD nº 01/2019 e suas alterações.

6.1.3.3. Caberá à **EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**, dentre outras atribuições, determinar providências necessárias ao regular e efetivo cumprimento contratual, bem como anotar e enquadrar as infrações contratuais constatadas, e comunicá-las ao seu superior hierárquico.

6.1.3.4. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato por qualquer irregularidade verificada, inclusive resultante de imperfeições técnicas ou de qualidade inferior. A fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA.

6.1.3.5. A Administração, devidamente representada na forma legal, poderá rejeitar no todo ou em parte o objeto contratado, sem ônus para o Órgão, se executado em desacordo com as especificações estabelecidas em Termo de Referência e seus anexos, bem como em contrato e na proposta comercial.

6.1.3.6. A CONTRATADA será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao Contratante reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

6.1.3.7. A CONTRATADA deverá fornecer serviço de instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos para o correto funcionamento do circuito de comunicação nos termos deste Termo de Referência.

6.1.3.8. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

6.1.3.9. A disponibilização dos circuitos será considerada concluída, para efeito de início e cobrança dos serviços de conectividade após a emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação de cada circuito, a data efetiva de ativação do link de acesso a internet para efeito de início formal da execução e cobrança dos serviços de conectividade.

6.1.3.10. A CONTRATADA fica obrigada a executar todos os serviços, de acordo com o edital e sua proposta.

6.1.3.11. Mensalmente, a execução dos serviços será avaliada por meio da verificação da qualidade pactuada em contrato, dos IMRs (Instrumento de Medição de Resultado) apurados conforme definido na seção 7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS, e análise do relatório mensal de disponibilidade do circuito fornecido pela CONTRATADA ou emitido por sistema web de monitoramento.

6.1.3.12. O Gestor do Contrato deverá então, solicitar a CONTRATADA a emissão da Fatura para pagamento pelo CENSIPAM descontadas as eventuais glosas apuradas sobre o valor da fatura mensal.

6.1.3.13. O recebimento se dará por meio de lavração de Termo circunstanciado pelo Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo e encaminhado ao Gestor do Contrato.

6.1.3.14. Não haverá o recebimento provisório em função da dispensa prevista no Art. nº 74 da Lei 8.666/1993.

6.1.3.15. A CONTRATADA deverá fornecer serviço de instalação, configuração e manutenção de todos os equipamentos para o correto funcionamento dos circuitos de comunicação nos termos desse Termo de Referência.

6.1.3.16. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos de proteção individual, materiais, ferramentas e equipamentos necessários à boa execução dos serviços.

6.1.4. **Da prestação dos serviços de assistência técnica**

6.1.4.1. Os serviços de garantia deverão ser prestados de forma contínua, sem interrupções, em regime 24x7 (vinte e quatro horas, sete dias por semana) online ou, se necessário, nas localidades de entrega dos bens e da prestação de serviços relacionadas no item 2.5.

6.1.4.2. A manutenção dos equipamento se dará pela CONTRATADA seja preventivamente ou por demanda na localidade de entrega do equipamento devendo ambas serem comunicadas ao Gestor do Contrato para efeito de liberação dos técnicos da CONTRATADA na respectiva unidade do CENSIPAM.

6.1.4.3. Os serviços deverão ser prestados por profissionais com experiência e de acordo com as normas de segurança. Todos os serviços executados pelos funcionários da CONTRATADA deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos neste instrumento e, ainda, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica e legislações aplicáveis, estando sujeitos às normas emanadas pela Contratante.

6.1.4.4. A assistência técnica será realizada conforme definições constantes no APENDICE I - Especificações Técnicas.

6.1.4.5. O não atendimento dos prazos definidos no item 7.3 ensejará a aplicação de sanções e multas, conforme o ITEM 7.4. - **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO** - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV), deste Termo de Referência.

6.1.5. **Cronograma de execução (Integrantes Técnico, Requisitante com apoio do administrativo)**

6.1.5.1. O início da execução dos serviços deverá se dar em, no máximo, 30 (trinta) dias da assinatura dos contrato, com todos os equipamentos devidamente instalados, funcionando e o serviço disponível à contratante.

6.1.5.2. As atividades de instalação e configuração dos serviços ocorrerão em horário comercial (entre 08:00h e 18:00h, de segunda-feira à sexta-feira, exceto feriados).

6.1.5.3. A Tabela 7 demonstra um calendário estimado de execução:

Tabela 7 - Cronograma de execução

Evento	Atividade	Precedência	Prazo	Contagem	Responsável
0	Assinatura do Contrato	----	0	N/D	Contratante / Contratada
1	Reunião Inicial	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
2	Recebimento da cópia assinada do contrato	0	10	Dias úteis	Contratada
3	Apresentação de documentação exigida à Contratada e a Contratante	0	10	Dias úteis	Contratante / Contratada
4	Fornecimento dos equipamentos, instalação e configuração dos links de internet, além da apresentação de documentação ao Centro Regional referente aos circuitos de instalação.	0	30	Dias corridos	Contratada
5	Realização de avaliações e testes de aceitação	4	10	Dias úteis	Equipe de Fiscalização do Contrato
6	Início efetivo da execução e cobrança dos serviços	5	1	Dia útil	Contratada
Mensalmente					
7	Entrega ao Gestor do Contrato do relatório mensal	6	1	mês	Contratada
8	Realizar avaliações do serviço prestado no período mensal de apuração, medição dos IMRs, Avaliação do relatório mensal da Contratada, apuração de eventuais glosas e multas	7	3	Dias úteis	Equipe de Fiscalização do Contrato
9	Solicitação da emissão da fatura mensal pela Contratada	8	1	Dia útil	Gestor do Contrato
10	Entrega da fatura	9	10	Dias corridos	Contratada
11	Verificar Regularidades Fiscais, Trabalhistas e Previdenciárias	10	2	Dias úteis	Fiscal Administrativo
12	Pagamento da fatura mensal	11	5	Dias úteis	Contratante
Ao final do Contrato (*)					
13	Emitir Termo de Encerramento Contratual	0	12 à 60 Dependendo da duração do contrato	meses	Equipe de Fiscalização do Contrato, Gestor, Contratada

(*) - O contrato pode ser renovado até 60 meses

6.1.6. **Da garantia de execução contratual**

6.1.6.1. Não se aplica por se tratar de pagamento a ser executado após a execução dos serviços.

6.1.7. **Local de Entrega - (IN01/2019, Art. 18, Inciso I Alínea "a")**

6.1.7.1. Conforme locais definidos no item 2.5.

6.1.8. **Documentação Mínima Exigida - (IN 01/2019, Art. 18, Inciso I, Alínea "b")**

6.1.8.1. No momento da implantação do serviço, e como condicionante para dar início aos pagamentos, a contratada deverá apresentar a documentação "As Built", que deverá conter no mínimo:

- Diagramas físicos e lógicos da instalação realizada.

6.1.8.2. Os relatórios mensais periódicos de disponibilidade serão apresentados sob formato eletrônico.

6.1.9. **Procedimentos de Transição, Transferência de Conhecimento e Finalização de Contrato - (IN. 01/2019, Art. 35)**

6.1.9.1. As atividades de transição contratual, quando aplicáveis e de encerramento do contrato deverão observar, no que couber:

- a existência de eventuais pendências ao encerramento do contrato
- a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- a devolução de recursos;
- a revogação de perfis de acesso;
- a eliminação de acessos ao SEI;
- outras que se apliquem.

6.1.9.2. O Gestor do Contrato, com base no Histórico de Gestão do Contrato e nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, deverá encaminhar à Área Administrativa, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência do término do contrato, a respectiva documentação para o aditamento.

6.1.9.3. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual conforme modelo do *APÊNDICE VI - MODELO DE TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL*.

6.1.10. **Papéis e Responsabilidades da Contratante e da Contratada (IN. 01/2019, Art. 18, Inciso I, Alínea "c")**

6.1.10.1. Os papéis e suas responsabilidades são definidas na Tabela 8 abaixo:

Tabela 8 - Papeis e Responsabilidades dos Atores.

Papeis	Formação	Resumo das atividades
Gestor do Contrato	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais, relacionadas ao processo de gestão do contrato	Providenciar reunião inicial com a Contratada Promover reuniões de controle entre fiscais e representantes da Contratada Encaminhar pedidos de sanções Acompanhar o recebimento de equipamentos da Contratada Autorizar emissão de notas fiscais Gerir o contrato Acompanhar e avaliar fornecimento de bens e serviços Gerir pagamentos Gerenciar a execução dos chamados em garantia abertos Encaminhar eventuais comunicações à Contratada por intermédio do preposto Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual Observar as normas internas do CENSIPAM para execução da gestão contratual
Fiscal Técnico do Contrato	Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação ou da Área de Inteligência, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato	Providenciar, mensalmente, o Termo Circunstanciado de recebimento dos serviços mensais Confecção e abertura de chamados à Contratada Acompanhar o eventual fornecimento de equipamentos da Contratada e a prestação dos serviços Produzir pareceres técnicos sobre a execução do contrato Avaliar a qualidade dos serviços prestados Avaliar se há necessidade de glosa por eventuais interrupções no serviço.
Fiscal Requisitante do Contrato	Servidor representante da Área Requisitante da Solução, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato do ponto de vista funcional	Confecção e assinatura das eventuais Ordens de Serviço, para fins de encaminhamento formal à Contratada Acompanhar o fornecimento de equipamentos da Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Produzir pareceres sobre a execução do contrato Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Fiscal Administrativo do Contrato	Servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos	Verificar aderência aos termos contratuais Indicar termos não aderentes ao contrato e à legislação pertinente Verificar regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias em relação à Contratada Identificar problemas e apontar possíveis soluções Garantir a execução contratual Observar as normas contidas neste Termo de Referência para a execução da gestão contratual
Preposto	Responsável pelo acompanhamento e contato entre Contratante e Contratada, com capacidade técnica e operacional para recebimento de notificações e a apresentação de documentos	Supervisionar a prestação dos serviços Supervisionar o fornecimento de equipamentos da Contratada Realizar reuniões periódicas com a Contratante Elaborar e encaminhar os relatórios de serviços executados Representar a Contratada no acompanhamento da execução do Contrato Receber e dar andamento a todas as comunicações recebidas do Gestor do Contrato em tempo hábil Acompanhamento e realização do contrato Providenciar a emissão das faturas para pagamento Disponibilizar os relatórios de execução dos serviços de manutenção

6.2. QUANTIDADE MÍNIMA DE BENS OU SERVIÇOS PARA COMPARAÇÃO E CONTROLE - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO II)

6.2.1. Os bens e serviços serão adquiridos em sua totalidade no prazo estabelecido neste Termo de Referência.

6.3. MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO III)

6.3.1. Conforme disposto no APENDICE I - Especificações Técnicas.

6.3.2. Todas as documentações e comunicações geradas na gestão do contrato devem obrigatoriamente ser apensadas no processo.

6.4. MANUTENÇÃO DE SIGILO E NORMAS DE SEGURANÇA - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 18, INCISO V)

6.4.1. Contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.4.2. O TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal da Contratada, e TERMO DE CIÊNCIA, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Apêndice IV.

6.4.3. Contratada deverá cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC) do Ministério da Defesa.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19)

7.1. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO - (IN SGD/ME 01/2019. ART 19, INCISO I)

7.1.1. São definidas as seguintes etapas de avaliação da execução:

Tabela 9 - Metodologia de avaliação das etapas de execução

Etapa	Avaliação	Índice de referência
Implantação de cada link e prestação dos serviços	Especificações técnicas	100% de aderência dos serviços, equipamentos e documentação fornecida as especificações técnicas
		100% de aderência aos prazos de entrega dos equipamentos e serviços
	Execução do primeiro acesso ao sistema de monitoração de tráfego, com visualização de dados reais	100% de efetividade na execução dos testes e apresentação dos dados
		Emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação do circuito Início da execução e cobrança dos serviços
	Execução de testes de conectividade	100% de atendimento aos parâmetros técnicos estabelecidos nos níveis de serviço
		Emissão do termo circunstanciado referente a instalação, configuração, testes e documentação do circuito

Etapa	Avaliação	Índice de referência
	Situação dos equipamentos	100% dos equipamentos recebidos novos, instalados e em condições perfeitas de uso
		A oferta de bens de informática e/ou automação devem vir acompanhadas de documentação, observando o disposto neste Termo.
	Relatórios dos fiscais setoriais (no que couber)	99,5% de disponibilidade
		Sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção Sem conclusão de chamados fora dos períodos de atendimento pactuados
	Prestação dos serviços mensais	100% de execução sem apresentação de problemas operacionais ou de manutenção
		Os serviços serão avaliados e fiscalizados mensalmente, mediante a aplicação dos Índices de Medições de Resultado apensados no 7.4 - NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos, no que couber, considerando a qualidade dos bens e serviços fornecidos

7.1.2. Serão descontados do prazo contratual de execução, os atrasos eventualmente ocasionados por responsabilidade da Contratante, bem como aqueles oriundos de caso fortuito e/ou força maior.

7.1.3. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelo Fiscais e Gestor do Contrato.

7.1.4. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, a Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Coordenação de Licitações e Contratos, que adotará as medidas cabíveis.

7.1.5. Não concluídos os serviços e/ou o fornecimento e a instalação dos equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, o licitante vencedor estará sujeito às sanções administrativas previstas.

7.2. Procedimentos de Teste e Inspeção – (IN. 01/2019, art. 19, Inciso II)

7.2.1. As inspeções ocorrerão por meio dos seguintes mecanismos:

- definições contidas na seção 6 - **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**.
- definições contidas nesta seção 7 - **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**.
- especificações contidas no **APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

7.2.2. Mecanismos de Implantação e Acompanhamento dos indicadores Estabelecidos

- Conforme definido na seção 7.3 NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO EXIGIDOS.
- Conforme definições contidas na seção 6 - **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**.
- Conforme definições contidas nesta seção 7 - **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**.

7.2.3. Listas de Verificação de Roteiros / Roteiros de Testes

7.2.3.1. A verificação e testes para recebimento, execução e estão do contrato se dará de acordo com:

- definições contidas na seção 6 - **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**.
- definições contidas nesta seção 7 - **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**.
- especificações contidas no **APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**.

7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos - (IN. 01/2019. Art. 19, Inciso I)

7.3.1. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) consiste nos indicadores **IPIA** (Indicador de Prazo de Início de Atendimento), **ICRDP** (Indicador de Chamados Resolvidos Dentro do Prazo) e **IDSL** (Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links), definidos nos subitens abaixo.

7.3.2. A Tabela 10 abaixo define o indicador para o prazo de início de atendimento de chamados.

Tabela 10 - IPIA – Indicador de Prazo de Início de Atendimento

Tópico	Descrição
Finalidade	Define níveis de serviço para o início do atendimento dos chamados e demandas encaminhadas para manutenção para a Contratada. O início do atendimento de uma solicitação ou demanda é contabilizado a partir do seu recebimento pela Contratada, responsável por executar o serviço demandado
Meta a cumprir	IPIA >= 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IPIA = (TCP / TC) \times 100$ onde: TCP - Total de chamados/manutenções iniciados dentro do prazo no período considerado, observando os níveis de severidade definidos na Tabela 13 - Níveis de Severidade TC - Total de chamados/manutenções realizados no período considerado
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo Gestor do Contrato
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq IPIA < 90\%$; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal Para: $60\% \leq IPIA < 80\%$; aplicar-se-á glosa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal Para: $50\% \leq IPIA < 60\%$; aplicar-se-á glosa de 3% (três por cento) do valor da fatura mensal Para: $IPIA < 50\%$; aplicar-se-á glosa de 4% (quatro por cento) do valor da fatura mensal

7.3.3. A Tabela 11 abaixo define o Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo.

Tabela 11 - ICRDP – Indicador de Chamado Resolvido Dentro do Prazo

Tópico	Descrição
Finalidade	Define o percentual de chamados que devem ser resolvidos dentro do prazo estabelecido
Meta a cumprir	ICRDP >= 90%
Instrumento de medição	Registro de acompanhamento de chamados e Registro de ocorrências da execução contratual
Periodicidade	Acompanhamento contínuo do contrato
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$ICRDP = TCR / TCA \times 100$ onde: TCR - Total de chamados/manutenções resolvidos dentro do período mensal de apuração TCA - Total de chamados/manutenções abertos
Observações	Obs1: Não serão computados atrasos quando estes forem ocasionados pela Contratante ou em virtude de concessão de prorrogação autorizada pela Contratante. Tais prazos deverão ser expressamente indicados pelo Gestor do Contrato
Início de Vigência	A partir da emissão da OS
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: $80\% \leq ICRDP < 90\%$; aplicar-se-á glosa de 1% (um por cento) do valor da fatura mensal Para: $60\% \leq ICRDP < 80\%$; aplicar-se-á glosa de 2% (dois por cento) do valor da fatura mensal

Para: 50% <= ICRDP < 60%; aplicar-se-á glosa de 3% (três por cento) do valor da fatura mensal
 Para: ICRDP < 50%; aplicar-se-á glosa de 4% (quatro por cento) do valor da fatura mensal

7.3.4. A Tabela 12 abaixo define o Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links.

Tabela 12 - IDSL – Indicador de Disponibilidade do Serviço de Links

Tópico	Descrição
Finalidade	Este indicador será aplicado para medir o nível mínimo de disponibilidade dos links quando estiverem em operação
Meta a cumprir	IDSL >= 99,5%
Instrumento de medição	Relatório de disponibilidade emitido pela CONTRATADA. Gráficos de disponibilidade dos Centros Regionais
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$II = (HIP - HIT) / (HTP - HMP) \times 100$ onde: II – Índice de Indisponibilidade HIP – Horas Indisponíveis no Mês; HIT – Horas Indisponíveis Causadas por Terceiros; HTP – Horas Totais no Período = Dias do Mês x 24; HMP – Horas de Manutenção Preventivas (*); * HMP – Horas de Manutenção Preventivas – São períodos de manutenção programada autorizadas pelo Contratante. $IDSL = 100 - II$ onde: IDE = Índice de Disponibilidade dos links; II – Índice de Indisponibilidade
Início de Vigência	A partir da data de assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para: 80% <= IDSL < 99,5%; aplicar-se-á glosa de 5% (cinco por cento) do valor da fatura mensal Para: 60% <= IDSL < 80%; aplicar-se-á glosa de 10% (dez por cento) do valor da fatura mensal Para: 50% <= IDSL < 60%; aplicar-se-á glosa de 15% (quinze por cento) do valor da fatura mensal Para: IDSL < 50%; aplicar-se-á glosa de 20% (vinte por cento) do valor da fatura mensal

7.3.5. A Tabela 13 abaixo define os graus de severidade na avaliação das sanções aplicadas.

Tabela 13 - Níveis de Severidade

Nível de Criticidade	Descrição	Prazo máximo de início de atendimento	Prazo máximo de restauração de serviço
Urgente	Serviço parado ou inoperante, com grande impacto nas operações críticas de negócio Parte substancial dos dados essenciais corre risco de perda ou corrupção. Operações relacionadas ao negócio foram afetadas, falha que compromete a integridade geral do sistema ou dos dados	Em até 01 hora um técnico da Contratada entra em contato	Restabelecimento da solução em até 4h
Alta	Alto impacto no ambiente de produção ou grande restrição de funcionalidade. As operações podem continuar de forma limitada, embora a produtividade a longo prazo possa ser afetada negativamente	Em até 02 horas um técnico da Contratada entra em contato no mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 4h
Média	O defeito não gera impacto ao negócio. Exemplo: Ocorreu um erro que causou impacto negativo limitado nas operações	Em até 12 horas um técnico da Contratada entra em contato No mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 24h
Baixa	O problema é pequeno e não afeta as operações do CENSIPAM negativamente	Em até 24 horas um técnico da Contratada entra em contato No mesmo dia ou no próximo dia útil comercial	Restabelecimento da solução em até 72h

7.4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO - (IN SGD/ME 01/2019. Art. 19, INCISO III E IV)

7.4.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Referência e relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará, uma vez comprovada, a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos mediante prévia defesa da Contratada, sem prejuízo das sanções estabelecidas.

7.4.2. Das Glosas

7.4.2.1. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de executar os serviços contratados, ou não os executou com a qualidade mínima exigida;
- Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.4.2.2. As glosas aplicáveis observarão as faixas de ajustes definidas no Instrumento de Medição de Resultados (IMR) em seus respectivos indicadores.

7.4.2.3. Das Multas e penalidades

- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia limitado ao valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das Tabelas 14 e 15, abaixo e, superado o valor mensal do contrato, caracterização de inexecução parcial do contrato;
- Multas decorrentes de infrações gradadas conforme relacionado abaixo:

Tabela 14- Graus de Infrações

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 15 - Infrações

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
2	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência	02
3	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência	03
4	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato	01

7.5. **Do Pagamento - (IN. 01/2019, Art. 19, inciso V)**

7.5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela Fiscalização Contratual

7.5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do Art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, pela Fiscalização Contratual, nos termos do Art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no Art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do Art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

8. **ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 20)**

8.1. Conforme o Art. 15 do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, o custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, devido a uma variação alta de preços propostos pelos fornecedores na pesquisa de preços, então o que procura-se é pleitear que os licitantes apresentem as propostas conforme as suas condições e não com base no orçamento estimado apresentado pela administração..

8.2. O valor estimado foi obtido a partir de realização de pesquisa de preços realizada observando parâmetros contidos na Instrução Normativa nº 73 de 05 de agosto de 2020, o mesmo consta no documento Análise Crítica de Preços (4982570) apensado ao processo, indicando a respectiva metodologia adotada, nos termos da IN SEGES/ME nº 73/2020.

8.3. Tais informações terão disponibilização restrita apenas aos órgãos de controle externo e interno, até a finalização da fase de lances.

9. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – (IN SGD/ME 01/2019, ART. 21)**9.1. **Adequação Orçamentária - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 21, inciso I)**

9.1.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida à manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

Código do Sistema PRA/2022:

123/22 – Link de Internet do CR-BE (Nova Contratação);

253/22 – Link de Internet do CR PV (Nova Contratação);

Fonte: 100;

Programa: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;

Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM;

Plano Orçamentário: 0004 – Telecomunicação Críticas, Tecnologia da Informação e Sensores;

PTRES: 168629;

Natureza da Despesa:

Tabela 17 - Natureza de Despesas

ITEM	DESCRIÇÃO	NATUREZA DA DESPESA
1	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA pelo período de 12 meses.	33.90.40.13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral
2	Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO pelo período de 12 meses.	33.90.40.13 - Comunicação de Dados e Redes em Geral

9.2. **Cronograma de Execução Físico-Financeiro - (IN SGD/ME 01/2019, Art. 21, INCISO II)**

9.2.1. Início da execução em até 30 dias da assinatura do contrato;

9.2.2. Será desembolsado o valor mensal definido, descontadas eventuais glosas resultantes de descumprimento de itens do Instrumento de Medição de Resultados definidos no item 7.4.

Tabela 18 - Cronograma de Execução

Etapas	Prazo	% de desembolso (estimado) 2022	% de desembolso (estimado) 2023
Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA pelo período de 12 meses.	30 dias da assinatura do contrato	50%	50%
Link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Porto Velho/RO pelo período de 12 meses.	30 dias da assinatura do contrato	50%	50%

10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, limitado a 60 (sessenta) meses, desde que haja preços e condições mais vantajosas para a Administração, nos termos do Inciso II, Art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. A prorrogação do contrato dependerá da verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, acompanhada de a realização de pesquisa que demonstre a vantajosidade dos preços contratados para a Administração.

11. DO REAJUSTE DE PREÇOS – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 24)

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Conforme nova redação do Art. 24 da IN 01/2019, dada pela Instrução Normativa nº 31 de 23 de Março de 2021, é obrigatória a aplicação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI nas contratações de serviços de Tecnologia da Informação em que haja previsão de reajuste de preços por aplicação de índice de correção monetária. No entanto, por se tratar de serviço de telecomunicações, será aplicado o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) que é o índice de preços responsável por medir a inflação do setor de telecomunicações no Brasil e tem por objetivo atualizar valores associados à prestação dos serviços de telecomunicações, especialmente tarifas da telefonia pública. O IST serve também como balizador de diversos contratos firmados entre operadoras de telecomunicações e entes públicos e privados.

11.3. O IST foi normatizado pela [Resolução nº 420, de 25 de novembro de 2005](#), que foi revisada pela [Resolução nº 532, de 03 de agosto de 2009](#).

11.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR – (IN SGD/ME 01/2019 ART. 23)**12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação**

12.1.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global em razão de a liquidação de despesas não envolver a medição unitária dos quantitativos de cada serviço na planilha orçamentária, nos termos do Art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei nº 8.666/1993.

12.1.2. A fundamentação pauta-se na premissa que a contratação de serviços baseia-se em padrões de desempenho e qualidade claramente definidos no Termo de Referência, havendo diversos fornecedores capazes de prestá-los. Caracterizando-se como “serviço comum” conforme Art. 9º, §2º do Decreto 7.174/2010.

12.1.3. Descarta-se a o regime de empreitada por preço unitário pelo fato de o pagamento não se dar em função da quantidade a ser contratada (medida em termos de largura de banda disponível), uma vez que o fornecimento parcial (isto é, velocidade menor que a pretendida, e/ou em períodos interrompidos) não atende às necessidades do Censipam, estando sujeito às penalidades indicadas no item 7.4 deste Termo de Referência.

12.1.4. O tipo e critério de julgamento da licitação é o de menor preço por item para a seleção da proposta mais vantajosa, utilizado para compras e serviços de modo geral e para contratação de bens e serviços de informática.

12.1.5. De acordo com o Art. 4º do Decreto nº 10.024/2019, esta licitação deve ser realizada na modalidade de Pregão, preferencialmente na sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de menor preço por item.

12.2. Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação - (IN SGD/ME 01/2019 Art. 23, inciso IV)

12.2.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.2.3. A Empresa a ser Contratada deverá estar em regularidade no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF ou no caso do licitante que não esteja cadastrado no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02, de 2010 deverá apresentar documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista e Qualificação econômico-financeira, e ainda comprovar Qualificação Técnico-Operacional, mediante apresentação de atestados de que detêm experiência prévia e capacidade na execução de serviço similar ao objeto pretendido em no mínimo 50% da velocidade prevista (400 Mbps) para os itens do objeto pretendido.

12.2.4. Tendo em vista que o objeto a ser contratado é de característica indissociável, não será aceito a soma de atestados para fins de comprovação técnica. Portanto, deverão ser apresentado(s) atestados(s) de prestação de serviços de no mínimo 50% (200 Mbps) da velocidade a ser contratada (400 Mbps).

12.2.5. O Proponente deverá apresentar o TERMO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA ou a DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA sob pena de desclassificação do certame.

12.3. Da Vistoria

12.3.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos seguintes canais:

• CR-BE:

Juliana Costa, no número (91) 3366-2348 ou e-mail juliana.costa@sipam.gov.br

Hermes Kikuchi, no número (91) 3366-3355 ou e-mail hermes.kikuchi@sipam.gov.br

• CR-PV:

Gabriel Felismino, no número (69) 3217-6422 ou e-mail gabriel.felismino@sipam.gov.br

Miguel Lopes, no número (69) 3217-6400 ou e-mail miguel.lopes@sipam.gov.br

12.3.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

12.3.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

12.3.4. A licitante deverá apresentar o TERMO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA, encontrado no encontram no *APÊNDICE V - MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA*, assinado pelo servidor responsável.

12.3.5. O TERMO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante

- 12.3.6. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 12.3.7. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 12.3.8. A vistoria não é onerosa, tendo por finalidade permitir a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame *in loco*.
- 12.4. **Justificativa para Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência**
- 12.4.1. Não se aplicam margens de preferência em função de não haver a aquisição de bens que se enquadrem nas referidas margens.
- 12.4.2. Aos itens que compõem a solução a ser contratada, não se aplica o Direito de Preferência – Decreto nº 7.174/2010 e Lei Complementar nº 123/2006, tendo em vista possuir característica indissociável.
13. **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**
- 13.1. Eventuais alterações contratuais desde que não desvirtuem o objeto contratado, reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei 8.666/93.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
15. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**
- 15.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela PORTARIA DIRAF CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD Nº 2246, DE 19 DE ABRIL DE 2022 (4940184).
16. **APROVAÇÃO DO PROJETO BÁSICO**
- 16.1. O presente Projeto Básico foi elaborado em conformidade com os requisitos técnicos, de negócio e administrativos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

DESPACHO 1:

- 1) Este Projeto Básico foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, em harmonia com o modelo disponibilizado no site do Governo Digital <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/termo-de-referencia-ou-projeto-basico-v1-0.odt>.
- 2) Houve especificação detalhada e suficiente do objeto, com elementos técnicos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado.
- 3) Encaminhe-se à CGTIC para conferência e manifestação.

HERMES ISAO KIKUCHI
INTEGRANTE REQUISITANTE

MIGUEL ARTEMIR LOPES
INTEGRANTE REQUISITANTE

JULIANA SANTIAGO MONTEIRO COSTA
INTEGRANTE TÉCNICO

ÁLVARO GABRIEL AQUINO FELISMINO
INTEGRANTE TÉCNICO

BENEDITA SOARES CHAVES
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
INTEGRANTE ADMINISTRATIVO

PORTARIA DIRAF CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD Nº 2246, DE 19 DE ABRIL DE 2022 (4940184)

DESPACHO 2:

- 1) Aprovo, de acordo com Art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93.
- 2) Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, em conformidade com o Art. 7º, §2º, III, da Lei 8.666/93, e que a despesa é compatível com os limites e cronogramas definidos nos normativos aplicáveis ao exercício em que se dará a contratação.

3) Encaminhe-se à DITEC para aprovação.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

DESPACHO 3:

1) Aprovo, de acordo com o Art. 7º, §2º, I, da Lei 8.666/93, bem como à previsão do art. 11º, § 2º da Instrução Normativa nº 1, de 4 de abril de 2019 e da Portaria Diger/CENSIPAM/SG-MD Nº 3571, DE 29 DE JUNHO DE 2022 (5252930).

RENATA BITAR TIVERON
Diretora Técnica

APÊNDICES

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

APÊNDICE V - MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.OBJETO

1.1 Contratação de link de dados bidirecional (link de Internet), por fibra ótica, na velocidade mínima de 400 Mbps simétrica e dedicada incluindo instalação, monitoramento proativo e manutenção, com fornecimento e instalação de equipamentos em regime de comodato para o Centro Regional do Censipam em Belém/PA e Porto Velho/RO, pelo período de 12 meses.

2.ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1.A solução de conexão à Internet deve garantir no mínimo os requisitos técnicos a seguir:

2.1.1.Deve garantir a velocidade de 400Mbps com taxa de transmissão efetiva útil (descontados os overheads de protocolo de transmissão), em modo full duplex, síncrona, dedicada, exclusiva, determinística, fixa, simétrica, isto é, a taxa máxima de transmissão (upload) deve ser igual à taxa máxima de recepção (download);

2.1.2.Deve ter link único, ou seja, não serão aceitos links agregados para totalizar a velocidade solicitada;

2.1.3.Os links e as portas de acesso ao nó do backbone da CONTRATADA deverão ser exclusivos e dedicados, não podendo haver compartilhamento com outros usuários;

2.1.4.O meio deve se dar por acesso redundante em fibra ótica, entregue na sala técnica da CONTRATANTE, interligando ao nó de acesso ao backbone da CONTRATADA, nas seguintes localidades:

Centro Regional	Endereço
Belém/PA	Avenida Júlio César, 7060, Val de Cans. Belém - PA, CEP: 66617-420.
Porto Velho/RO	Avenida Lauro Sodré. 6500, Aeroporto. Porto Velho - RO, CEP: 76803-260.

2.1.5.O serviço deve ser permanente (24 horas por dia, 7 dias por semana), com total conectividade IP;

2.1.6.O acesso deve se dar através de um ponto concentrador a ser entregue na sala técnica da CONTRATANTE em uma porta LAN gigabit ethernet, podendo ser disponibilizado numa interface RJ-45 ou SFP, incluindo gbic, e implementando protocolo de enlace (Camada Nível 02 do Modelo de Referência OSI) padrão IEEE (Ethernet 802.3);

2.1.7.Este ponto concentrador deve ser fornecido através de um roteador de acesso, a ser instalado no lado da CONTRATANTE, de acordo com os itens abaixo:

a)O roteador será utilizado para conexão do circuito dedicado de acesso à Internet oferecido à rede interna da CONTRATANTE;

b)Deve possuir, no mínimo, 1 (uma) porta de interface Gigabit-ethernet, de detecção automática, que seja compatível com os padrões ISO 8802-3 e IEEE 802.3;

c)Deve ser dimensionado de forma que os níveis de utilização de CPU, memória ou qualquer outro recurso, sejam de, no máximo, 70% (setenta por cento) das suas capacidades totais. Caso a utilização média ("janela" móvel de cálculo de 1h) ultrapasse os valores indicados, a CONTRATADA deverá atualizar o equipamento por um de capacidade superior;

d)Deve suportar protocolo SNMP v2c e v3;

e)Deve suportar classificação de tráfego;

f)Deve suportar tunelamento VPN com IPSec com no mínimo os algoritmos de 168-bit 3DES, 128-bit AES e 256-bit AES para conexões VPN com IPSEC.

g)Deve permitir a configuração remota via telnet e ssh e por porta de console local ou ligada a modem;

- h) Deve suportar Network Address Translation (NAT) e Port Address Translation (PAT);
- i) Deve suportar autenticação / controle de acesso através de usuários e senhas localmente configurados;
- j) Deve suportar o envio de logs para sistemas remotos (syslog);
- k) Deve ser fornecido com acessórios para montagem em rack padrão 19" 42 U (quarenta e duas unidades de rack) existente;
- l) Deve ser disponibilizado sobre a forma de comodato para uso pelo CENSIPAM durante o prazo de vigência do contrato;
- 2.1.8. Deverá ser oferecida na ocasião da ativação do Serviço de Acesso a Internet, uma subrede com a quantidade mínima de 06 (seis) endereços IP (Internet Protocol), versão 4 (IPv4), válidos (públicos) e contínuos, conforme a RFC 1466, associados à mesma classe de endereçamento (Classe C) e de uso exclusivo;
- 2.1.9. A instalação deverá incluir o fornecimento de qualquer equipamento e/ou recurso necessário, que a solução adotada impuser o uso, tais como: roteadores, modems, ferragens etc;
- 2.1.10. Deve apresentar projeto técnico detalhado da solução proposta, onde constem meio de acesso, equipamentos utilizados, que sejam representados os nós de acesso ao backbone da CONTRATADA e os itens que comprovem o atendimento aos requisitos técnicos estabelecidos nesta especificação técnica;
- 2.1.11. Deve permitir o tráfego de toda a suíte de protocolos que compõe o padrão TCP/IP e ethernet 802.1;
- 2.1.12. Deve ser totalmente transparente no tráfego de protocolos e não deverá existir nenhum proxy de serviços, filtros de serviços e conteúdos, limitadores do número de conexões IP simultâneas seja por IP ou pela bloqueio fornecida, a não ser que seja previamente autorizado pelo CENSIPAM;
- 2.1.13. Deve permitir, a critério do CENSIPAM, a possibilidade de filtragem de pacotes no roteador da CONTRATADA;
- 2.1.14. A CONTRATADA deve auxiliar o CENSIPAM na identificação e mitigação de incidentes de segurança que comprometem a disponibilidade do serviço, colocando filtros (ACLs ou recursos similares) quando solicitados pelo CENSIPAM;
- 2.1.15. A CONTRATADA deverá possuir no mínimo o dobro do valor da banda do link dedicado, solicitado nesse termo de referência, entre o POP da CONTRATADA com o backbone nacional de Internet;
- 2.1.16. Deve atender às normas aplicáveis da ANATEL;
- 2.1.17. A CONTRATADA deverá possuir Termo de Autorização ou Concessão da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, para prover os serviços de telecomunicações previstos nesta contratação;
- 2.1.18. Deve dispor de rotas alternativas em sua infraestrutura, que possibilitem, nos casos de falhas em equipamentos ou circuitos de transmissão de dados, a continuidade do serviço;

2.2. Manutenção e tempo de reparo:

- 2.2.1. Todos os serviços de manutenção dos meios para acesso à Internet são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e devem ser efetuados desde o início até o final do contrato, bem como devem estar totalmente cobertos pelo pagamento mensal relativo ao fornecimento do acesso, sem quaisquer custos adicionais para a CONTRATANTE;
- 2.2.2. A CONTRATADA deverá dispor de um sistema que permita à CONTRATANTE efetuar "Abertura de Chamado de Manutenção" junto a "Central de Atendimento" da CONTRATADA por meio de um telefone "0800" e/ou e-mail, o que não impede a abertura de chamado proativo pela CONTRATANTE;
- 2.2.3. A CONTRATADA deverá efetuar manutenção corretiva assim que for detectado algum mau funcionamento do serviço de acesso à Internet que caracterize indisponibilidade total ou parcial;
- 2.2.4. Para efeito de caracterização do tempo de indisponibilidade será considerado o momento de "Abertura de Chamado de Manutenção" junto a "Central de Atendimento" da CONTRATADA, seja proativamente ou pela CONTRATANTE;
- 2.2.5. O serviço será considerado indisponível se ao menos um dos seguintes fatores ocorrerem:
- a) Retardo no acesso, superior a 100ms, entre interface LAN na CONTRATANTE e PoP de acesso à internet da CONTRATADA;
- b) Taxa de erro de bit (BER), medido na porta externa (de Internet) do roteador CPE superior a 10⁻⁶;
- c) Valor máximo de banda contratada não puder ser alcançado por limitações técnicas da CONTRATADA.
- 2.2.6. O serviço de manutenção deve ser realizado no local de instalação do equipamento sempre que possível. Caso seja necessário remover o equipamento, a CONTRATADA deve providenciar a substituição do equipamento por outro idêntico ou superior, em perfeito funcionamento, para então retirar o equipamento com defeito e encaminhá-lo para a manutenção.
- 2.2.7. A CONTRATADA deverá disponibilizar sistema de acompanhamento de chamado, via WEB, a fim de permitir que a CONTRATANTE verifique online as ações de recuperação dos serviços, em caso de problemas no mesmo.

2.3. Tempo máximo para Reparo:

- 2.4. A CONTRATADA deverá realizar e concluir a manutenção dos meios, equipamentos e instalações fornecidos em até 4 (quatro) horas após a "abertura do chamado de manutenção";

3. GERÊNCIA

- 3.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar uma Gerência da Rede e Serviços contemplando as áreas funcionais de Gerência de Falhas, Desempenho, Configuração e de Nível de Serviço.
- 3.2. O serviço de Gerência deverá estar dividido em: **Gerenciamento Proativo, Chamado Técnico, Portal de Gerência e Relatórios.**

3.3. Do Gerenciamento Proativo

- 3.3.1. A CONTRATADA deverá manter uma infraestrutura própria de gerenciamento de redes e serviços com capacidade para gerenciamento de todos os circuitos e de todos os serviços, independentemente de uma eventual subcontratação;
- 3.3.2. Deverá abranger todos os equipamentos, circuitos e serviços, independentemente de suas tecnologias;
- 3.3.3. A CONTRATADA é responsável por fornecer, dimensionar e configurar os equipamentos, sistemas e ferramentas necessárias para o provimento da solução de Gerência;
- 3.3.4. Qualquer inclusão ou alteração de características técnicas dos serviços na gerência deverá ser realizada num prazo de 36 (trinta e seis) horas, a partir da implementação da característica técnica ou da ativação do serviço;
- 3.3.5. A Gerência de Rede e Serviços deverá atuar de forma proativa, antecipando-se aos problemas na rede e garantindo a qualidade do serviço, além da abertura, acompanhamento e fechamento dos chamados técnicos;
- 3.3.6. Uma vez detectada e diagnosticada uma falha ou previsão de falha com degradação na qualidade dos serviços, deverão ser realizadas ações corretivas. São exemplos de falhas detectadas pelo monitoramento proativo: retardo no acesso, taxa de erros acima do limite, gargalos no acesso, intermitências, quedas dos acesso, interfaces down, etc;
- 3.3.7. Além da correção de falhas ou da previsão de falhas, é necessário o monitoramento contínuo do desempenho, permitindo detectar e diagnosticar antecipadamente indisponibilidade, acima do acordado no nível de serviço;
- 3.3.8. A Gerência deverá operar 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, todos os dias do ano;
- 3.3.9. Os dados deverão ficar armazenados ao longo de todo o contrato. A disponibilização dos dados será realizada on-line, para dados dos últimos 90 (noventa) dias e, acesso sob demanda para dados anteriores a esse período;

3.3.10.No caso da disponibilização dos dados sob demanda, a CONTRATADA terá o prazo de 3 (três) dias para enviar os dados solicitados;

3.3.11.Os atendentes da Gerência, responsáveis pela abertura e encerramento dos chamados, deverão ter conhecimento da infraestrutura da CONTRATANTE e só devem encerrar os chamados quando confirmarem a operacionalidade dos serviços com a CONTRATANTE, registrando no sistema o agente da CONTRATANTE que realizou os testes;

3.3.12.A CONTRATANTE fornecerá todas as informações necessárias, como endereço completo, telefones e contatos em todas as unidades que receberão os serviços, e serão gerenciadas pela CONTRATADA;

3.3.13.Complementarmente ao gerenciamento da CONTRATADA, será feito um gerenciamento pelos técnicos da CONTRATANTE. Para implementação dessa gerência, deverá ser habilitado o protocolo SNMP nos equipamentos, onde será criada a comunidade SNMP com o acesso de leitura liberado para a Gerência da CONTRATANTE, independente do gerenciamento realizado pela CONTRATADA.

3.4.Do Chamado Técnico

3.4.1.A Gerência deverá dar suporte a chamados referentes à recuperação de falhas dos serviços, configuração de equipamentos, endereçamento, desempenho e segurança;

3.4.2.A abertura do chamado deverá ser realizada pela equipe de gerência da CONTRATADA, imediatamente após a constatação de defeito ou falha em qualquer elemento para a efetiva prestação do serviço;

3.4.3.Para falhas com nível de criticidade urgente, em que o serviço esteja parado ou inoperante, um técnico da CONTRATADA deverá entrar em contato com a CONTRATANTE em um prazo máximo de 60 (sessenta) minutos após a abertura do chamado, informando as providências já tomadas e a estimativa para solução do problema;

3.4.4.Após a abertura do chamado, seja de forma proativa pela gerência ou pela CONTRATANTE, deve ter prazo máximo SLA acordado para resolução da falha identificada;

3.4.5.Os serviços deverão receber uma identificação única tanto para a CONTRATANTE como para a CONTRATADA, que deverá ser de conhecimento de todos os atendentes da equipe de Gerência, e será utilizada na abertura do chamado técnico pela Gerência Proativa;

3.4.6.As informações de chamados, que serão visualizadas através do Portal, deverão conter:

- a)Número do Chamado;
- b)Data e Hora da Abertura;
- c)Situação (aberto/fechado);
- d)Localidade;
- e)Responsável pela abertura (CONTRATADA);
- f)Contato na CONTRATANTE;
- g)Responsável pelo atendimento (CONTRATADA);
- h)Descrição do Problema;
- i)Histórico (data/hora e descrição);
- j)Ocorrências (data/hora e descrição).

3.4.7.As tentativas de contato com os técnicos da CONTRATANTE para aberturas de chamados, recorrências ou encerramento de chamados, que não tenham tido sucesso por ausência dos técnicos, deverão ser registradas no campo "Histórico" do chamado;

3.4.8.Os chamados técnicos só poderão ser encerrados por um técnico da CONTRATANTE, em conjunto com a Central de Atendimento, que deverá entrar em contato com a CONTRATANTE, para encerrar os chamados solucionados;

3.4.9.Os técnicos autorizados para o encerramento dos chamados serão informados pela CONTRATANTE, na implantação do serviço.

3.5.Do Portal de Gerência

3.5.1.A visualização das informações deverá ser via WEB, através de protocolo HTTPS;

3.5.2.Deverá possibilitar definição de perfis de usuários e senhas para controle de acesso às informações de gerência, com conexão segura;

3.5.3.O intervalo de coleta dos dados para exibição das informações deverá ser de no máximo 10 minutos, podendo ser configurável;

3.5.4.A visualização das informações deverá ser em tempo real, apresentando todas as funcionalidades listadas nos itens abaixo:

3.5.5.Alertas em caso de falhas e anormalidade dos serviços;

3.5.6.Visualização da utilização de banda do circuito de acesso ao serviço, pelo menos, diário e mensal, com a opção de consulta de dados históricos;

3.5.7.Visualização do tempo de resposta do circuito de acesso ao serviço, em tempo real, com opção de consulta de dados históricos;

3.5.8.Visualização dos chamados registrados, abertos e encerrados, dentro do prazo contratual, por data ou circuito, permitindo acesso ao detalhamento dos chamados;

3.6.Dos Relatórios

3.6.1.Acompanhamento da qualidade dos serviços da rede, acompanhamento dos chamados e do SLA estabelecido será feito através de relatórios disponibilizados pela CONTRATADA, no Portal de Gerência, para consulta diária, mensal ou sob demanda;

3.6.2.Mensalmente, ao encaminhar suas faturas, a CONTRATADA deverá também apresentar um relatório de disponibilidade à CONTRATANTE, e torná-lo disponível no Portal, para fins de comprovação de atendimento do acordo de nível de serviço (SLA) contratado, onde estejam apurados os seguintes itens:

- a)Nome da CONTRATANTE;
- b)Designação do circuito;
- c)Localidade do circuito;
- d)Número de chamados do período;
- e)Duração total dos chamados no período por localidade;
- f)Tempo atribuído à CONTRATADA por localidade;
- g)Tempo atribuído à CONTRATANTE por localidade;
- h)Disponibilidade apurada por localidade;
- i)Desconto por indisponibilidade.

3.6.3.Complementarmente ao relatório de disponibilidade a CONTRATADA deverá apresentar mensalmente os relatórios de Retardo no acesso aos serviços, Taxa de erro de bit e Banda Contratada.

3.6.4.A CONTRATADA deverá armazenar todos os dados e informações coletadas durante a vigência do contrato, tais como: dados brutos coletados nos elementos gerenciados, dados sumarizados para confecção de relatórios, acompanhamento dos chamados, acompanhamento da qualidade de serviço, de faturamento, dentre outros. Esses dados deverão ser disponibilizados a CONTRATANTE ao final do contrato;

3.6.5.Todos os relatórios deverão permitir o uso de diversos filtros para visualizar as informações: Filtro por período desejado, por localidade;

3.6.6.Todos os relatórios deverão possibilitar a seleção de datas de início e fim do período a que se referem os dados a serem exibidos;

3.6.7.A solução de gerência deverá permitir que todos os relatórios possam ser visualizados, armazenados em meio eletrônicos e impressos. Deverá ser implementada a funcionalidade de exportação dos relatórios em formatos compatíveis com MS Office / LibreOffice e PDF;



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

APÊNDICE II - MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

CARTA DE APRESENTAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL

_____, _____
(local) (data: xx/xx/xxxx)

Ao

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Processo de Licitação Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, <NOME>, CPF/Passaporte nº XXXX, em conformidade com os termos do Processo de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. <NOME>, como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº XXXXX, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

Nome completo da Autoridade que assina
Identificação do LICITANTE

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

APÊNDICE III - FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI-MD

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ()
Endereço eletrônico (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SEI/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao CENSIPAM para qualquer tipo de conferência;

IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;

V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SEI.

VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI-MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontra o usuário externo.

VII. A consulta periódica ao SEI-MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao CENSIPAM, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Comprovante de Residência.
- Registro Geral (Identidade).
- CPF.
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SEI-MD, disponível em: https://sei.defesa.gov.br/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0, antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Belém, ____ de ____ de ____.

Nome Legível
Assinatura conforme documento com foto Apresentado



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

APÊNDICE IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO
(MODELO)

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM, vinculado ao Ministério da Defesa, com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado Contratante, e, de outro lado, a, sediada em, CNPJ n.º, doravante denominada Contratada; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a Contratada poderá ter acesso a informações sigilosas do Contratante; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da Contratante; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela Contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela Contratante, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da Contratante

e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a Contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da Contratada;

II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III- Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A Contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da Contratante.

Parágrafo Segundo – A Contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I- A Contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à Contratante dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A Contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da Contratante, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela Contratante.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A Contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à Contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A Contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à Contratante, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da Contratada, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretirável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a Contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a Contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I. A Contratante terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da Contratada;

II. A Contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela Contratante, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a Contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A Contratante elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da Contratante, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Cláusula Décima – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

De Acordo

CONTRATADA	CONTRATANTE
_____ (nome) (qualificação)	_____ (nome) (matrícula)
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA
_____ (nome) (qualificação)	_____ (nome) (qualificação)

Belém, ____ de _____ de ____.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

**TERMO DE CIÊNCIA
(MODELO)**

Contrato N°:

Objeto:

Contratante:

Gestor do Contrato:

Matrícula:

Contratada: CNPJ:

Preposto da Contratada:

CPF:

Por este instrumento, os funcionários abaixo-assinados declaram ter ciência e Conhecer o teor o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes no CENSIPAM.

Belém, ____ de _____ de ____.

Ciência

Contratada

Funcionários

NOME: _____ Matrícula: _____

NOME: _____ Matrícula: _____



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA**

APÊNDICE V - MODELO DO TERMO DE VISTORIA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

TERMO DE VISTORIA TÉCNICA
(MODELO)

Certifico sob as penas da lei que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, CNPJ/MF sob o número _____, com sede na _____, por intermédio de seu representante legal, do(a) Senhor(a) _____, infra-assinado, portador da carteira de identidade número _____, expedida pela _____ e do cadastro de Pessoa Física, CPF/MF, sob o número _____ visitou as dependências do CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM, tomando conhecimento dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº. ____/____, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem a disposição e das condições para a prestação dos serviços.

Belém, ____ de _____ de _____.

Representante da Empresa_____
Representante do CENSIPAM

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA
(MODELO)

A empresa _____, CNPJ _____.____/____-____, por intermédio do(a) Senhor(a) _____, indicado expressamente como seu representante, declara ter conhecimento do serviço a ser prestado através do Edital e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria "in loco" prevista no Edital do Pregão Eletrônico nº. ____/____. Declara, ainda, que se responsabiliza pela dispensa e por situações supervenientes. Declaro que me foi dado acesso às dependências do CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual dispensei por ter conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

Belém, ____ de _____ de _____.

Representante da Empresa

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

APÊNDICE VI - MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL

TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO

Contrato Número:	
Objeto:	
Contratante:	
CNPJ:	
Contratada:	
CNPJ:	

LISTA DE VERIFICAÇÃO

Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			
<i>outras que se apliquem ao objeto</i>			
...			

DO ENCERRAMENTO

Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de:

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir (*caso necessário*).

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
- d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo;
- e) *Outras pendências caso existam.*

Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

De acordo

ASSINATURAS

_____ CONTRATADA Preposto	_____ CONTRATANTE <i>Autoridade Competente da Área Administrativa</i>
_____ Nome Matrícula:	_____ Nome Matrícula:

Belém, _____ de _____ de 20 ____.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - CENSIPAM

ANEXO II

MINUTA

TERMO DE CONTRATO

(ID.5178430)

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **Jose Gomes da Silva, Assessor(a)**, em 26/07/2022, às 12:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nathan Marinho Goldstein, Diretor(a)**, em 27/07/2022, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5363400** e o código CRC **23DFE502**.
